

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

DEZEMBRO/2020



Conteúdo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Balanço Patrimonial

Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em reais)**

Nota 1 - Contexto operacional

1.1. Denominação, Natureza, Objeto, Sede e Duração

A Goiana Participações Ltda. (“Companhia”) é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, tem por objeto social a participação no capital de outras empresas, como sócia quotista ou acionista, seja qual for o seu objetivo; a administração de bens móveis e imóveis.

A Goiana Participações Ltda. se rege pelas disposições do seu Contrato Social e pela legislação pertinente e tem o prazo de duração indeterminado.

A Goiana Participações Ltda. tem a sede social na BR 101 - Km 04,3 - Zona Rural do Município de Goiana, no Estado de Pernambuco.

1.2. Base contábil de continuidade operacional

As demonstrações contábeis da Companhia são elaboradas de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira que se aplicam as sociedades em curso normal de suas atividades operacionais.

A Companhia está em processo de recuperação judicial. A Companhia foi inclusa no processo de recuperação judicial por fazer parte do Grupo Cruangi.

1.3. Recuperação judicial

A Usina Cruangi S/A ajuizou ação de recuperação judicial em 22 de fevereiro de 2013, tendo o feito sido distribuído à 1ª Vara Cível de Timbaúba - PE, onde recebeu o nº 0000282-61.2013.8.17.1480. A ação foi ajuizada em nome do Grupo Econômico composto pelas sociedades Usina Cruangi S/A, Samasa Santa Maria Energética e Agropecuária Ltda., Palma Santa Administração S.A., Negocial de Administração Ltda., Goiana Participações Ltda. e Cruangi Neem do Brasil Ltda. Cumpridas as exigências legais, o processamento da

recuperação foi deferido em 05 de março de 2013, em decisão proferida nos termos do art. 52 da Lei nº 11.101/2005.

Em 04 de novembro de 2014 houve a apresentação do Plano de Recuperação Judicial do Grupo Cruangi. Na data de 07 de novembro de 2014 realizou-se a Assembleia Geral de Credores, cujo plano foi devidamente aprovado pela maioria dos credores.

O Plano de Recuperação Judicial do Grupo Cruangi foi homologado pelo Juízo Universal, cuja sentença foi publicada em 28 de março de 2015, concedendo a Recuperação Judicial do Grupo Cruangi.

As ações do plano de recuperação podem se assim destacadas:

- a) Arrendamento de ativos - Poderá ocorrer a qualquer tempo durante a vigência do plano de recuperação;
- b) Alienação de ativos e Unidades Produtivas Isoladas (UPI);
- c) Terceirização da produção de açúcar e etanol;
- d) Reorganização societária e associações;
- e) Reestruturação operacional - Possibilidade de novas oportunidades de negócios;
- f) Reorganização administrativa e adoção de práticas de governança corporativa;
- g) Concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas de seus devedores; e
- h) Novação da dívida do passivo, equalização dos encargos financeiros e outras avenças.

A gestão do GRUPO CRUANGI direcionará todos os esforços para recuperar-se economicamente e financeiramente; bem como, no posicionamento de mercado, visando potencializar suas atividades através da manutenção ou restabelecimento das relações comerciais com os fornecedores da Companhia.

Para compatibilizar o valor da dívida com a capacidade de geração de caixa, será necessário um deságio sobre os créditos inscritos na relação geral de credores; bem como, concessão de carência e parcelamento dos pagamentos.

Nota 2 - Apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis referem-se a uma entidade individual e foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e pelos pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2. Autorização das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Goiana Participações Ltda. para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram autorizadas para a emissão pela Administração da Goiana Participações Ltda. em 18 de dezembro de 2020, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data.

2.3. Principais políticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela exerce sua atividade (“moeda funcional”). As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), a moeda funcional.

2.3.2. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

2.3.3. Instrumentos financeiros

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar com partes relacionadas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos - quando aplicável.

Capital social

Quotas do capital - são classificadas como patrimônio líquido.

2.3.4. Investimentos

Os investimentos em controlada são avaliados por equivalência patrimonial.

2.3.5. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

2.3.6. Tributação

Os cálculos dos impostos e das contribuições, bem como suas respectivas declarações de rendimentos e informações acessórias, exigíveis na forma da legislação vigente, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais em períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data de pagamento ou entrega das declarações de rendimentos e das informações acessórias.

Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com o imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados às combinações de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Nota 3 - Investimentos

	2018	2017
Palma Santa Administração S/A	1.402.330	1.402.330
	1.402.330	1.402.330

O percentual de participação da Companhia na coligada Palma Santa Administração S/A é de 19,99%.

Nota 4 - Partes relacionadas

Passivo Não Circulante	Saldo em	Atualização	Saldo em
	31/12/2017		31/12/2018
Contas correntes com controladora/ligada:			
Usina Cruangi S/A (a)	13.226		13.226
Usina Maravilhas S/A (b)	6.525		6.525
	19.751		19.751

- (a) Refere-se a saldo de conta corrente, provenientes de pagamentos de despesas por parte da Usina Cruangi S/A, em virtude da falta de caixa da Goiana Participações Ltda.
- (b) Refere-se a saldo de conta corrente, provenientes de pagamentos de despesas por parte da Usina Maravilhas S/A, em virtude da falta de caixa da Goiana Participações Ltda.
- (c) A Companhia não possui controle sobre os valores dos mútuos.

Nota 5 - Patrimônio líquido

5.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 1.300.000 integralmente realizado, dividido em 1.300.000 (um milhão e trezentos mil) quotas do valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma delas, totalmente integralizadas.

5.2. Reservas de capital

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo da conta de Reservas de Capital é de R\$ 658.070, proveniente de exercícios anteriores, composto por correção monetária do capital.

5.3. Reserva de reavaliação em coligada

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo da reserva de reavaliação em coligada é de R\$ 1.402.513, oriundo de exercícios anteriores.

5.4. Reserva de lucro

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo da reserva de lucros - reserva legal é de R\$ 12.833, oriundo de exercícios anteriores.

Nota 6 - Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui práticas de gerenciamento de risco não formalizada, que visam orientar em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Assim, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital do Grupo.

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora rigorosamente o contas a receber de clientes.

Risco de liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Risco de mercado

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

Nota 7 - Cobertura de Seguros (Não Auditado)

A Companhia não mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía contratos de seguros em vigor, em montantes suficientes para cobrir eventuais riscos operacionais, de responsabilidade civil, etc., considerando a natureza de sua atividade.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, emitir opinião sobre a suficiência ou não da cobertura de seguros, a qual deve ser determinada e avaliada quanto à adequação pela administração da Companhia.

Nota 8 - Eventos subsequentes

8.1. Contingências passivas

Para a data base de 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia solicitou de seus advogados contratados, uma avaliação de todos os processos envolvendo as áreas administrativa, trabalhista, cível, tributária e ambiental, considerando o prognóstico de perda provável, possível e remota. Nessa data, de acordo com o relatório dos advogados contratados, a posição das ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais estavam demonstradas da seguinte forma:

- a) Ações cíveis: Em 28 de maio de 2010, a coligada Palma Santa Administração S/A vendeu a totalidade das ações que possuía da controlada Usina Maravilhas S/A. Nos exercícios de 2011 e 2012, acionistas de outras empresas do Grupo Cruangi impetraram as ações de N° 0025408-59.2011.8.17.0001 e N° 0044260-97.2012.8.17.0001 contra a Companhia e sua coligada Palma Santa Administração S/A., no sentido de anular a operação de venda das ações da Usina Maravilhas S/A. Até a data de autorização para conclusão das demonstrações contábeis pela Administração da Companhia, as ações relacionadas ainda estavam em andamento.

- b) Outras ações cíveis: Na data de autorização para conclusão das demonstrações contábeis pela administração da Companhia, existiam outras ações cíveis tramitando no Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, envolvendo a Companhia:

Processo Número	Assunto	Situação atual
0000101-55.2016.8.17.1480	Habilitação de crédito	Em andamento
0000102-40.2016.8.17.1480	Habilitação de crédito	Em andamento
0058579-07.2011.8.17.0001	Tutela antecipada	Em andamento
0004805-16.2020.8.17.9000	Agravo de Instrumento	Em andamento
0012967-68.2018.8.17.9000	Concurso de credores	Em andamento
0012957-24.2018.8.17.9000	Recuperação judicial	Em andamento
0007814-88.2017.8.17.9000	Recuperação judicial	Em andamento
0003928-86.2015.8.17.0000	Recuperação judicial	Em andamento
0005250-44.2015.8.17.0000	Recuperação judicial	Em andamento
0001021-41.2015.8.17.0000	Recuperação judicial	Em andamento

- c) Ação cautelar fiscal: No exercício de 2011, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ajuizou Ação Cautelar Fiscal de nº 0001180-03.2011.4.05.8306, em tramite na 22ª Vara Federal de Pernambuco, com o fito de assegurar a satisfação de créditos tributários, através da indisponibilidade de bens móveis e imóveis das companhias que compõem o Grupo Cruangi.

8.2. Recuperação judicial

Em 22 de maio de 2020, foi deferido pelo Juízo Universal o pleito das Recuperandas para homologar os negócios jurídicos de dação em pagamento firmados em cumprimento ao plano de recuperação judicial, ao passo que declarou ainda a inexistência de sucessão dos credores adquirentes nas obrigações das Recuperandas e dispensou a apresentação de certidões negativas de débitos para alienação e registro definitivo das dações em pagamento, nos termos do art. 60, parágrafo único da Lei nº 11.101/2005.